



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará
CRMV-CE
Sistema CFMV/CRMVs - Autarquia Federal criada pela Lei nº 5. 517/1968

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 04/2024
COTAÇÃO ELETRÔNICA

Dispensa de licitação, conforme Art. 7º § 4º com base nos Inciso I e II do art. 75 da Lei 14.133/2021.

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de Materiais para Copa e Cozinha para suprir a necessidade do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Ceará – CRMV/CE.

2. DAS JUSTIFICATIVAS

2.1. DA AQUISIÇÃO.

- 2.1.1 Isso se faz necessário para continuar as atividades laborais dos colaboradores do conselho, bem como atender ao público constante que vem resolver demandas seja de ordem dos médicos veterinários e zootecnista ou civil para consultas e denúncias. Também se torna indispensável para atender ao corpo de diretorias nas reuniões administrativas e plenárias.
- 2.1.2 Considerando a possibilidade de utilizar o que preconiza a IN-SEGES nº 65/2021 Dispensa de Licitação e as mesmas estão de acordo com os Incisos I e II do art. 75 da Lei 14.133/2021 será realizado a seleção da proposta mais vantajosa economicamente para atendimento da necessidade do objeto e da sua urgência em execução.

2.2. DA QUALIFICAÇÃO DO OBJETO COMO COMUM

2.2.1. Considerando que padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado, entende-se que a futura contratação se enquadra como de natureza COMUM.

2.3. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

2.3.1. É facultada a realização de um estudo técnico preliminar nos casos de dispensa previstos no art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021, conforme consta do art. 14, inciso I da mesma lei.

2.3.2. Diante disso, não se elaborou o ETP no presente caso, considerando que a futura contratação poderá ser realizada por meio de dispensa em razão do valor, vez que o levantamento preliminar de mercado demonstrou que os custos para a



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará
CRMV-CE

Sistema CFMV/CRMVs - Autarquia Federal criada pela Lei nº 5. 517/1968

execução da futura demanda ficarão no limite do Inciso II do Artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, conforme pesquisa preliminar de mercado indicada no item 2.6 deste instrumento.

2.4. AQUISIÇÃO DO OBJETO POR PREÇO TOTAL

2.4.1. Tendo em vista que em este objeto é divisível se obriga as admissões da adjudicação por preço unitário, conforme previsto no art. 06 inciso XXIX da Lei nº 14.133/2021, este serviço deverá ser realizada por ITEM, respeitando a mais ampla competição, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

2.5. DA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/COOP

2.5.1. Considerando se tratar de uma aquisição por meio de dispensa no limite previsto no art. 24, inciso II da Lei 8.666/93, a participação nesta cotação deverá ser restrita às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, conforme art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006 c/c art. 6º do Decreto nº 8.538/2015.

2.5.2. Este processo de dispensa será preferencialmente para os fornecedores que estão com suas empresas no estado do Ceará, para além de fomentar a economia local, a urgência e emergência no recebimento dos produtos que já se encontram uma boa parte em falta. Este diferencial será utilizado para no caso de itens que se mantem em empate nos lances finais, mesmo utilizando as regras que a legislação atual dispõe.

2.6. DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE DISPENSA/COTAÇÃO ELETRÔNICA

2.6.1. Considerando a possibilidade de utilizar o que preconiza a IN-SEGES nº 65/2021 Estimativa para seleção do Fornecedor, e as mesmas estão de acordo com os Incisos I e II do art. 75 da Lei 14.133/2021 será realizado a seleção da proposta mais vantajosa economicamente para atendimento da necessidade do objeto dispensando a utilização da plataforma eletrônica do *compras governamental*.

2.6.2. Embora o CRMV-CE não seja um órgão integrante do SISG, utiliza dos seus módulos de compras por meio de adesão, objetivando ampliar a competitividade e racionalizar os procedimentos relativos a essas compras, além de trazer maior celeridade e transparência aos atos de compras quando não se há a urgência na execução se um serviço ou compra de um bem.



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará
CRMV-CE

Sistema CFMV/CRMVs - Autarquia Federal criada pela Lei nº 5. 517/1968

2.7. DO LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES E DA PESQUISA PRELIMINAR DE MERCADO

2.7.1. Visando realizar a estimativa para a seleção mais vantajosa para este objeto foi REALIZADO PESQUISA NA PLATAFORMA governamental, com base no descritivo inicial da necessidade do objeto, que deu origem aos quantitativos e descritivos deste Termo de Referência.

2.7.2. Diante do levantamento preliminar realizado, o valor global a ser contratado é de **R\$ 5.755,54 (cinco mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos)**. Sendo assim, restou enquadrada na hipótese de dispensa de licitação prevista no inciso I do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

2.8. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL.

2.8.1. As contratações oriundas das cotações serão formalizadas pela emissão de Nota de Empenho que será comunicada ao adjudicatário, que deverá realizar a entrega na data prevista neste instrumento, nos termos da PORTARIA Nº 306/2001-MPOG, Anexo II - "Condições Gerais da Contratação"

2.8.2. Ademais, é possível a formalização de contratação de fornecimento de bens para entrega imediata e integral, nos termos do art. 62, § 4º, da Lei 8.666/1993, sendo as garantias futuras apenas aquelas previstas na Lei 8.078/90, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

2.8.3. As condições previstas neste instrumento serão parte integrante da futura nota de empenho, devendo ser observadas por parte do fornecedor e do órgão contratante.

3 – DA ESPECIFICAÇÃO E DOS QUANTITATIVOS

3.1. Em virtude da dificuldade de indicar o código no CATMAT com as especificações exatas para cada item abaixo, o código abaixo apresentado apresenta similaridade com a necessidade. Sendo na hora da aquisição e recebimento observado os itens de acordo com o especificado na tabela abaixo.

ITENS	DESCRIÇÃO	CATMAT	MEDIDA	QTD	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	CAFÉ TORRADO E MOIDO – INTENSIDADE	463591	PCT 500G	100	14,00	1.400,00



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará
CRMV-CE

Sistema CFMV/CRMVs - Autarquia Federal criada pela Lei nº 5. 517/1968

	DA TORRA: MÉDIA EMPACOTADO A VÁCUO COM PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES – CADA PACOTE COM 500G.					
2	AÇUCAR TIPO CRISTAL BRANCO EMBALADO PACOTE DE 1K - COM PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES	603269	UND	60	4,25	255,00
3	BISCOITOS DOCES FINOS, SORTIDOS, AMANTEIGADOS, EMBALADO EM LATA REDONDA, QUADRADA, RETANGULAR OU TRIANGULAR DE METAL, SEPARADOS POR PAPEL MANTEIGA - COM PESO MINIMO DE 340G CADA UNIDADE - COM PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES	376641	UND	50	29,90	1.495,00
4	BISCOITO SALGADOS PETISCO COM 250G CADA UNIDADE - COM PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES	353195	UND	100	6,1350	613,50
5	CAFÉ SOLÚVEL TRADICIONAL COM 40G – INTENSIDADE TORRA MÉDIA - COM PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES	463568	UND	50	4,19	209,50
6	CHA DE CAMOMILA PCT C/10 SACHES DE 1G CADA - COM PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES	353665	UND	40	2,95	118,00
7	CHA DE HORTELA PCT	242774	UND	60	3,00	180,00



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará
CRMV-CE

Sistema CFMV/CRMVs - Autarquia Federal criada pela Lei nº 5. 517/1968

	C/10 SACHES DE 1G CADA - COM PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES					
8	GUARDANAPO DE PAPEL CELULOSE, VIRGEM, BRANCO - 31X30 – PCT C/50 UND FOHA DUPLA ALTA CLASSE COM PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES	338359	UND	60	3,4650	207,90
9	COPO DESCARTÁVEL DE POLIPROPILENO BIODEGRADÁVEL NBR 13230/2 -TRANSPARENTE – SUPORTE LIQUIDOS QUENTE OU FRIO DE 180ML C/25 PCT CADA UM COM 100 UND - COM PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES	617347	CX 2500 UND	05	89,00	445,00
10	FILTRO REFIL PARA PURIFICADOR DE ÁGUA SOFT EVEREST - COM VIDA UTIL DE 3.000 LT OU VALIDADE MINIMO 06 MESES	618272	UND	04	72,11	288,44
11	PAPEL TOALHA BRANCO – CELULOSE VIRGEM - FOLHA DUPLA – MACIO E ABSORVENTE COM PICOTE - PCT C/2 ROLOS COM 60 FOLHAS TAM 22X19CM - COM PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES		PCT	80	6,79	543,20
VALOR TOTAL					R\$ 5.755,54	



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará
CRMV-CE

Sistema CFMV/CRMVs - Autarquia Federal criada pela Lei nº 5. 517/1968

3.2. O valor **MEDIANO** indicado como valor selecionado para os serviços, observou, no que foi possível, os procedimentos previstos na Instrução Normativa nº 65/2021, conforme consta da instrução dos autos.

4 – DA FORMA DE FORNECIMENTO, DO PRAZO DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO

4.1. A forma de fornecimento dar-se-á com a entrega integral do bem

4.2. O prazo de entrega do serviço e seus materiais será de até 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da nota de empenho.

4.3. O recebimento do objeto dar-se-á da seguinte maneira:

4.3.1. Provisoriamente, no ato da entrega do bem;

4.3.2. Definitivamente, em até 02 (dois) dias úteis a contar do recebimento provisório, após a verificação do serviço executado com a troca das peças e consequente aceitação.

4.4. Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções nas peças, fica a Contratada obrigada a efetuar as correções ou substituições necessárias, sem ônus para o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará CRMV-CE.

4.4.1. A troca deverá ocorrer em no máximo 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação.

5 – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. Pelo fornecimento dos bens, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total fixo e irrevogável, conforme o valor empenhado em favor do fornecedor com a proposta vencedora mais vantajosa.

5.1.1. O pagamento ocorrerá até o 15º (decimo quinto) dia útil após o recebimento definitivo do veículo, mediante a apresentação e o ateste da Nota Fiscal/Fatura contendo a descrição dos produtos correspondentes a execução do mesmo, sendo realizado por depósito em conta corrente quando for **CEF ou boleto bancário**.

5.1.1.1. Será observado na documentação do fornecedor vencedor se os produtos arrematados estão no CNAE da empresa para bens de recolhimento e ou impostos.



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará
CRMV-CE

Sistema CFMV/CRMVs - Autarquia Federal criada pela Lei nº 5. 517/1968

5.1.2. Estão incluídos no valor pactuado para o fornecimento todos os custos e despesas destinados ao seu fornecimento, inclusive o frete e possíveis encargos e/ou impostos.

5.1.3. Deverá ser apresentada Nota Fiscal/Fatura/Boleto com todo o detalhamento dos materiais, assim como os quantitativos e seus respectivos valores unitários.

6 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. Compete ao CONTRATANTE:

6.1.1. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos ao fornecimento do objeto, em especial quanto à execução, aplicação de sanções e alterações;

6.1.2. Efetuar os pagamentos nos prazos e formas definidos.

6.2. Compete à CONTRATADA:

6.2.1. Fornecer o(s) serviço(s) e produto(s), que deverá ser entregue no endereço deste CRMV-CE – **Rua Dr. José Lourenço, 3288 – Joaquim Távora – Fortaleza -CE, CEP: 60.115-282**, no prazo definido no item 4.2;

6.2.2. Suportar todos os custos para o fornecimento do produto, sendo de sua exclusiva responsabilidade a quitação das obrigações tributárias (diretas ou indiretas), previdenciárias, trabalhistas (inclusive transporte e refeição), securitárias, taxas, transportes e equipamentos que incidam ou venham a incidir sobre a prestação de serviços objeto desta Autorização de Compra;

6.2.3. Suportar todos e quaisquer compromissos e ônus assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução, integral ou não, ou inexecução do presente fornecimento, bem como por qualquer dano causado em decorrência de seu ato, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

6.2.4. Apresentar o boleto, fatura ou nota fiscal referente ao produto;

6.2.5. Não transferir ou subcontratar a outrem, no todo ou em parte, o fornecimento do objeto;



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará
CRMV-CE

Sistema CFMV/CRMVs - Autarquia Federal criada pela Lei nº 5. 517/1968

6.2.6. Manter-se, durante o fornecimento do(s) objeto(s) material(s), em situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

6.2.7. Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, foram vítimas seus empregados durante a execução/fornecimento do Objeto; e

6.2.8. Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionados à execução do Objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

6.2.9. Prestar garantia do(s) produto(s) material(as) de mínimo dentro limite do previstos na Lei nº 8.078/90.

6.3. É vedado à CONTRATADA:

6.3.1. Veicular publicidade acerca desta Autorização de compra, salvo se obtida expressa autorização escrita do CONTRATANTE.

7 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas nos incisos I, III e IV do § 7 do artigo 156 poderão ser aplicadas cumulativamente, podendo o CONTRATANTE, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

7.1.1. Advertência, a ser feita com notificação por meio de ofício, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas.

7.1.2. Multa, nos seguintes termos:

- a.** pelo atraso na entrega do material em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do material não entregue, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do material;
- b.** pela recusa em efetuar o fornecimento e/ou pela não entrega do material, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo de entrega estipulado: 10% (dez por cento) do valor do material;
- c.** pela demora em substituir o material rejeitado, a contar do segundo dia da



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará
CRMV-CE

Sistema CFMV/CRMVs - Autarquia Federal criada pela Lei nº 5. 517/1968

data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do material recusado, por dia decorrido;

- d.** pela recusa da Contratada em substituir o material rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do material rejeitado;
- e.** pelo não cumprimento de qualquer condição fixada ou no Pedido de Cotação Eletrônica de Preços e não abrangida nas alíneas anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

7.1.2.1. As multas estabelecidas no subitem 7.1.2 podem ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, após regular processo administrativo, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da notificação pelo CONTRATANTE, sendo permitida a retenção de créditos para sua liquidação.

7.1.2.2. Se o valor da multa não for pago ou depositado, a importância devida será cobrada administrativa e/ou judicialmente;

7.1.3. Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a administração pelo prazo de até 2 (dois) anos;

7.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto persistirem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que tiver aplicado a penalidade;

7.2. As sanções previstas nos subitens “7.1.1”, “7.1.3” e “7.1.4” poderão ser aplicadas cumulativamente à penalidade de multa.

8. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

8.1. Nos termos do art. 140 inciso I e II da Lei nº 14.133/2021, são designados como as pessoas responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da entrega do serviço a Servidora **Francisca Ingrid Mourão Lobo Melo - Mat. 007**

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará
CRMV-CE

Sistema CFMV/CRMVs - Autarquia Federal criada pela Lei nº 5. 517/1968

9.1. As despesas decorrentes deste objeto estão previstas sob a Rubrica 6.2.2.1.1.01.02.01.001.007 GÊMEROS ALIMENTÍCIOS - 6.2.2.1.1.01.02.01.001.021 MATERIAL DE COPA E COZINHA.

10. DA PUBLICAÇÃO

10.1. A publicação do extrato da presente aquisição será dispensada em razão dos princípios da eficiência e da economicidade, conforme orientação extraída do Acórdão TCU - Plenário nº 1336/2006.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Todas as condições previstas neste Instrumento, em especial as sanções administrativas, regulam-se pela Lei nº 14.133/2021, sendo parte integrante da futura Nota de Empenho, que será emitida em favor fornecedor vencedor, razão pela qual o fornecedor não poderá alegar afastamento das obrigações.

Fortaleza, 02 de setembro de 2024

Responsáveis pela elaboração do Termo de Referência

Ivadora Lima Tabosa
Agente de Contratação
Matrícula CRMV-CE nº 113

12. DA APROVAÇÃO/AUTORIZAÇÃO

12.1. Com base no inciso II, art. 14, e art. 51 do Decreto 10.024/2019, aprovo o termo de referência e encaminho os autos ao setor competente do CRMV-CE para realização dos procedimentos necessário.

DANIEL DE ARAUJO
VIANA:78889499320

Assinado de forma digital por
DANIEL DE ARAUJO
VIANA:78889499320
Dados: 2024.09.02 16:52:13 -03'00'

Daniel de Araujo Viana
Presidente do CRMV-CE